

Brasil tem 28 milhões de indigentes

Informação é do Ipea, órgão do governo. Eles são 28% da população. Os pobres são 78 milhões de pessoas, 576 mil no DF

Ricardo Leopoldo
Da equipe do Correio

São Paulo — Estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), órgão do governo, revela que os problemas sociais no Brasil são ainda mais graves do que já se imaginava. A maioria da população, 50,2%, é pobre. São cerca de 78 milhões de pessoas com renda abaixo de R\$ 149,00 por mês, o mínimo necessário para gastos básicos com comida, moradia e transporte.

Fotos: Marcos
Fernandes



Rosa Maria com os filhos na Favela do Gato, às margens do Rio Tamanduateí, em São Paulo; um retrato da miséria identificada pelo Ipea

Marcelo Neri, autor da análise e coordenador do Instituto de Estudos do Trabalho e da Sociedade do Ipea, chegou a uma conclusão ainda mais surpreendente. Com base nos dados da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD), de 1996 e 1997, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ele revela que o Brasil possui 43 milhões de indigentes. Estas pessoas, 28% da população, ganham menos de R\$ 73,00 mensais e mal conseguem se alimentar, de acordo com padrões de consumo de calorias estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O pobre no Brasil tem algumas características básicas: possui baixa escolaridade, a maior parte é negra, jovem, vive da agricultura e prestação de serviços e não tem registro em carteira de trabalho. A miséria atinge 14 milhões de trabalhadores.

Neri calcula que o país precisa de R\$ 19 bilhões por ano para acabar com a penúria de 43 milhões de brasileiros. A quantia, contudo, é mais baixa que os R\$ 20,3 bilhões gastos pelo governo desde 1995 para socorrer bancos quebrados, como o Econômico e o Nacional.

Para eliminar a pobreza, a quantia teria que ser bem maior, R\$ 72 bilhões por ano. Embora o número seja elevado, o economista acredita que é possível acabar com esse problema histórico sem novos impostos, ao contrário do que sugeriu o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). "O país tem recursos. É preciso distribuir melhor as verbas existentes e não aumentar a já elevada carga tributária", observa.

ESTADOS

Com 69% da população recebendo menos de R\$ 73,00 por mês, o Maranhão é o estado com a maior proporção de indigentes. Contudo, o problema está mais concentrado nas cidades. Ao comparar as taxas encontradas nas áreas rurais do país, descobre-se que a unidade da federação ocupa a nona posição nacional.

O senador Antonio Carlos sabe o que diz quando levanta o debate da pobreza. Seu estado, a Bahia, que já esteve sob seu governo por nada menos que 11 anos, em três mandatos de governador, está em terceiro lugar entre os estados com a maior parcela de pobres. São dez milhões de pessoas, nada menos que 80% da população local. Desse total, 7,2 milhões mal conseguem obter rendimentos necessários para comer.

Na ponta oposta, São Paulo tem o menor índice de pobres. Embora sejam 24,5% dos paulistas, o número não é baixo, pois representa oito milhões de pessoas. Depois vem o Distrito Federal, segunda unidade da federação com menor parcela de habitantes com renda mensal inferior a R\$ 149,00. São 31,1%, o equivalente a 576 mil pessoas. "Essa percentagem é uma das menores do país porque a população tem alta escolaridade e boa parte está dedicada à carreira pública, atuando em cargos técnicos", comenta Neri.

Um dos reflexos da baixa remuneração é a péssima distribuição de riquezas. Em 1990, os 50% mais pobres detinham 12,7% da renda nacional, número que baixou para 11,2% em 1998. Para os 20% mais ricos, contudo, a situação é inversa. Eles dominavam 62,8% da renda no início da década, número que subiu ligeiramente para 63,8% em 1998.

Neri reconhece que o problema é "bastante sério", mas acredita que a situação pode ser corrigida com mais facilidade do que em outros países. Na Índia, a concentração de riquezas é bem menor, mas a renda per capita é um oitavo da brasileira. "Lá, não é possível acabar com a pobreza apenas com programas de redistribuição de renda. Aqui, como as desigualdades são maiores, é possível corrigir a situação se parte dos recursos destinados aos mais ricos for dirigida a quem ganha pouco."

Para o ex-governador do Distrito Federal Cristovam Buarque (PT), o governo precisa combater as desigualdades sociais com rapidez. Na sua administração nasceu a bolsa-escola, que hoje beneficia 25 mil famílias com um salário mínimo mensal. Para ele, o país não precisa mais de R\$ 40 bilhões por ano para acabar com a miséria nacional.

Sua proposta será levada à comissão mista criada no Congresso para investigar o problema. "Para atacar de frente essa realidade é preciso um programa denso. É possível atender dez milhões de crianças com bolsas-escola, assentar quatro milhões de famílias com reforma agrária e contratar 500 mil professores para o

ensino básico", acredita.

NAS RUAS

Os ambulantes paulistanos Odon dos Santos Santana, 33, e Joselma Florentino Bezerra, 34, espelham um pouco da vida dos 78 milhões de brasileiros pobres. Ou seja: que têm renda menor que R\$ 149,00. A quantia não permite ao cidadão enfrentar despesas básicas com alimentação, moradia, transporte e pagamento de tarifas como água e luz.

Odon trabalha 14 horas por dia, de domingo a domingo, vendendo cigarros importados do Paraguai. Com cinco filhos, a renda per capita dos integrantes da família é de R\$ 100,00, R\$ 49,00 abaixo da quantia necessária para afastá-los, tecnicamente, da carestia. Desempregado há seis anos, não vacila ao dizer que deseja encontrar um emprego legal, com direito a carteira registrada, férias e décimo terceiro salário.

"Não pensaria duas vezes", comenta. "Fiquei um ano procurando uma vaga. Fui metalúrgico, mas a firma fechou em 1992, um tempo depois do Plano Collor. Não gosto de estar na rua, no sol e frio, vendendo cada vez menos."

Há dois anos, Odon comprou seu último eletrodoméstico: uma TV de 20 polegadas nas lojas G. Aronson, uma das grandes redes do ramo que faliu depois do Plano Real. Foi também em 1997 que ele levou para casa a sua calça mais nova. Sem dinheiro, os passeios com as crianças se tornaram luxo, raridades. "Essa crise é a pior que já vivi desde 1980, porque hoje tem milhões de pessoas sem trabalho", comenta.

Só as orações confortam Elenice



Elenice com filhos em casa: marido desempregado há quatro anos

São Paulo — Indigente é a pessoa cuja a renda é menor ao mínimo necessário para se alimentar, baseado no padrão básico de consumo de calorias definido pela Organização Mundial de Saúde. No Brasil, o Ipea calculou que o valor não pode ficar abaixo de R\$ 73,00 por mês. Quem ganha menos que isso, vive na pobreza extrema.

Este é o caso de Maria Elenice Ferreira, 31 anos. Analfabeta, rodeada por oito filhos, reza há quatro anos para que o marido, o

ex-cozinheiro Francisco de Assis da Silva, de 32 anos, consiga emprego. Ele sofre de bronquite crônica, caminha no mínimo 10 quilômetros por dia em busca de trabalho, mas só consegue encontrar bicos na construção civil, como auxiliar de pedreiro ou carpinteiro.

Sua casa é um barraco de 35 metros quadrados na Favela do Gato, na região norte de São Paulo, onde as moscas e o mal cheiro denunciavam o esgoto a céu aberto. Envolvida pela miséria, ela descobre um instante para sonhar. "Só quero ter uma casa boa, uns dois quartos, com as crianças dormindo em camas. Se eu pudesse abusar do desejo, gostaria de umas roupas boas... Quem sabe também uns sapatos, para que eles se sintam iguais aos outros, que andam calçados."

Maria está no sexto mês de gravidez de mais dois bebês. Em breve, as crianças aumentarão para dez; tanta gente, que ela até perde a conta. A filha mais velha, Geane Carla, 15 anos, deu à luz a William em novembro de 1997. O menino vive com parentes em Pesqueiro, Pernambuco, cidade natal da família. "Tenho saudades, acho que vou vê-lo no final do ano. Ligo para a minha tia no fim de semana e fico sabendo como ele está", comenta a mãe adolescente.

Com os bicos de Francisco e os trocados obtidos pelo filho Cícero, 13, nas feiras-livres, como carregador das compras de senhoras, a renda mensal da família não passa de R\$ 300,00. Só a prestação do barraco comprado no mês passado por R\$ 1.500,00, em quinze parcelas, consome um terço da renda familiar — R\$ 100,00.

O restante da renda é corroída rapidamente pelas compras de alimentos. Arroz e feijão tem quase todos os dias, mas carne só duas vezes por semana. Frango, que já foi considerado um dos símbolos da distribuição de renda da era do Real, só no fim de semana. As frutas vêm da feira-livre, doadas pelos comerciantes generosos.

"Assim, a gente vive. Indo e voltando para Pernambuco.

Foram cinco viagens nesses 13 anos", comenta Maria. "A gente pensa que para onde vai, encontrará um destino. Mas no Nordeste até é pior. Lá, a seca faz a gente passar fome e sede. A lata de água de 20 litros custa R\$ 0,50. O quilo de feijão, R\$ 2,00. Aqui não há emprego. Mas eu rezo... Isso me conforta." (RL)

ENTREVISTA/Maria Elenice Ferreira

"O país é rico, pobre é o povo"

Correio Braziliense — O que o governo poderia fazer para diminuir a pobreza do país?

Maria Elenice Ferreira — Eu acho que o país só vai para frente se o povo tiver muito mais empregos. Com as fábricas contratando, aumenta a chance da gente humilde comer melhor, comprar remédio, um sapato. Mas hoje, quem procura uma vaga numa indústria acaba encontrando a firma na falência, se ela já não estiver fechada.

Correio — A senhora acredita que há dinheiro público para acabar com a miséria?

Maria Elenice — O Brasil é rico, o povo que é pobre. Está certo que o país tem muitos problemas e todos eles nasceram antes do presidente Fernando Henrique ser eleito. Mas eu acho que dá para pôr fim nisso em alguns anos. Talvez esteja faltando ao governo melhorar o controle do dinheiro.

Correio — O governo gastou R\$ 20 bilhões para socorrer bancos quebrados...

Maria Elenice — Pois é. Banqueiro neste país sai bem, não fica no prejuízo. A população paga imposto, conta de água, luz, e vive mal. Muita gente está na miséria há tanto tempo que até já perdeu a esperança na vida. Eu acredito no Brasil, rezo toda noite para meu Francisco chegar em casa com um emprego.

Correio — Qual é a sua opinião sobre a proposta do senador Antônio Carlos Magalhães que pretende atacar de frente a pobreza?

Maria Elenice — Mal fiquei sabendo desse projeto. Ouvi falar que criaria mais imposto. Acredito que isso é pura política. Estão inventando mais uma forma de tirar dinheiro do povo para mandá-lo aos mais ricos. (RL)

[OS NÚMEROS DA DESIGUALDADE](#)

(Arquivo em formato PDF)